

ANTIGO HOTEL GLOBO EM JOÃO PESSOA:
RECONHECENDO O MONUMENTO ARQUITETÔNICO COMO UM
DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO PARA APRECIÇÃO CULTURAL

Josivan Soares FERREIRA - UEPB
Anderson Victor B. CAVALCANTE - UEPB
Sérgio PERSCH – UEPB*

“(…) Novas possibilidades de pesquisas à luz de novas perspectivas inauguram modelos surpreendentes de análise historiográfica, baseados em documentos nunca antes considerados como tal – por exemplo, os objetos cotidianos ou as edificações e equipamentos de manufaturas antigas...” (GOULART, 2005:7)

RESUMO

Com o objetivo de levantar a discussão sobre o tratamento arquivístico dado a um monumento, este artigo apresenta uma abordagem científica sobre um monumento o qual se constitui em um documento arquivístico. Com uma visão arquivística e utilizando como metodologia a reunião bibliográfica sobre alguns fatos históricos relacionados ao antigo hotel Globo em João Pessoa, em função do mesmo não reunir tais informações em seu espaço, se faz necessário um novo olhar mediante as novas demandas informacionais. Tal pesquisa possibilitará assim à sociedade e ao poder público uma política de preservação e disseminação das informações contidas no monumento, como também os eventos sociais, intelectuais, culturais e econômicos da área onde o monumento se localiza. Criando a partir dos pressupostos apresentados, espaços de educação e, dialogando com os conhecimentos e saberes sobre a história para a difusão cultural a partir das análises do patrimônio cultural e documental.

PALAVRAS-CHAVES: Patrimônio cultural. Monumento. Documento. Arquivística.

Alunos de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
(josivansoares@yahoo.com.br) - UEPB

Aluno de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
(victorbarcalv@gmail.com)

*Profº. Sérgio Persch. Dr. em Filosofia, orientador e Co-autor. Docente do Curso de Arquivologia da UEPB. (slpersch@yahoo.com.br) - UEPB

INTRODUÇÃO

Ao se pensar sobre o valor do monumento histórico como um patrimônio permanente para sociedade, nos deparamos com inúmeros textos, ensaios, trabalhos relacionados a artefatos e paisagens urbanas e naturais, obras e edificações, com uma visão quase que constante voltada para a história, de maneira isolada a projetos de preservação e/ou tombamento e através de uma visão arquitetônica urbanística.

Como já está consolidada a problemática do reconhecimento e de sua preservação em função de valor histórico, este artigo não pretende levantar a discussão sobre a questão de tombamento e preservação dos casarões, igrejas etc. Porém, uma nova abordagem se faz necessária à arquivologia: um olhar arquivístico sobre monumentos como documentos históricos.

Quando nos aprofundamos no tocante a origem e o significado da palavra monumento, vemos que a palavra é originária do latim *monumentum* que deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”) aquilo que traz à lembrança alguma coisa. O termo latino *documentum*, deriva de *docere* “ensinar”.

Segundo Turazzi (2005), a língua portuguesa integrou ao seu vocabulário, como documento sendo algo com valor de prova:

“Na historiografia do século XIX e boa parte do século XX, o documento escrito era encarado como a fonte pronta e acabada que concebia ao historiador as certezas da História. Hoje, no entanto, essas concepções já não respondem às nossas indagações sobre o passado e o presente das sociedades. Para a maioria dos historiadores contemporâneos, o conhecimento histórico se constrói e se renova a cada dia com o estudo e o questionamento de fontes de informações diversificadas – documentos textuais, visuais, orais, arqueológicos e arquitetônicos.” Grifo meu. (TURAZZI, 2005:6)

É consenso entre estudiosos, pesquisadores e historiadores, o valor de um monumento como prova histórica. Ao se estudar tais conceitos, torna-se observável que um monumento histórico também pode ser considerado e trabalhado junto a sociedade, como um documento, pois segundo Le Goff (1984;103), todo monumento reflete “o esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou

involuntariamente – determinada imagem de si próprias”¹, ou seja, os acontecimentos intelectuais, econômicos e sociais que o monumento acolheu como também em suas proximidades, faz-se presente o tratamento arquivístico para a disseminação científica e cultural de uma sociedade.

Segundo Goulart (2005):

“(…) Novas possibilidades de pesquisas à luz de novas perspectivas inauguram modelos surpreendentes de análise historiográfica, baseados em documentos nunca antes considerados como tal – por exemplo, os objetos cotidianos ou as edificações e equipamentos de manufaturas antigas...”. (GOULART, 2005:7):

A partir dessas novas perspectivas, vemos que “O monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva), e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos”. (LE GOFF, 1994:536).

Ao nos apresentar o termo monumento, Le Goff caracteriza-o como perpetuação como conhecimento à sociedade. E quando nos deparamos com monumentos edificadas, indagamos o quanto do próprio conhecimento está presente apenas nas mãos dos historiadores, mediante análises, muitas vezes verticais, do que é realmente relevante e apreciável para ser conhecido/registrado de importante que aquele monumento abrigou. E quanto às pessoas que freqüentam tais monumentos, que informações gerais as mesmas têm ao visitá-las?

Não queremos aqui confrontar ou discutir os preceitos de registros feitos pelos historiadores ou a escolha de fatos ditos, pela historiografia, como sendo históricos. O que se deve acrescentar a essa visão de perpetuação histórica, é a própria dinâmica da sociedade com relação a uma descrição, documental e arquivística, que se pode e deve dar sobre os fatos da área em que se encontra o monumento. Pois segundo Le Goff (1994:536), pela qual se fundamenta cientificamente esse artigo, diz que “a memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os *documentos* e os *monumentos*.” Se pretende construir um desdobramento de um valor de um monumento como um documento histórico, para assim disseminar e proporcionar um trabalho de (re) conhecimento: um olhar arquivístico sobre os eventos culturais,

¹ Le Goff, Jacques. *Documento/monumento*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Casa da Moeda, 1984, v. 1, p.103

intelectuais e a própria história do antigo hotel Globo, em João Pessoa; catalogar e reunir essas informações em formato documental, traduzidos por instrumentos de pesquisas tais como: guias, inventários, índices, catálogos que fazem parte do processo de descrição arquivísticos.

A partir dessa abordagem científica apresentada pela arquivologia, este artigo objetiva reunir várias informações sobre o antigo hotel globo e disponibilizá-las no próprio monumento e em outros meios de divulgação, para pesquisa, estudo e conhecimento desse espaço de herança cultural pela sociedade e pelos visitantes.

Utilizando como metodologia as revisões bibliográficas que referenciam a história do antigo hotel e a visita in loco, pretende-se reunir todo material sobre: história do hotel; arquitetura; espaço social entre outros, possibilitando assim, o conhecimento sobre o monumento de forma imparcial ao visitante, estudante ou pesquisador.

No que diz respeito à produção do conhecimento, observa-se o rápido avanço tecnológico e criação de mecanismo de acesso às informações ditas essenciais, dentro da perspectiva da Ciência da Informação e de áreas ligadas a elas como é o caso da Arquivologia, e nesta perspectiva a pretende-se capacitar profissionais que atendam aos interesses sociais de acesso a informação.

Nesse sentido, observa-se que os profissionais da Arquivologia deve se apropriar de métodos da sociologia e da história, pois ele trabalha com fragmentos da vida social e da história “É preciso ter critérios que ajudem a selecionar o método mais apropriado à realidade pretendida, reconhecer o melhor momento para sua aplicação, enfim”. É preciso estudar os diferentes métodos a ponto de sentir-se seguro para fazer a escolha, pois “o talento do pesquisador consiste em adequar os métodos às necessidades dos objetos” (apud CALDERON, 2004:102).

1. A QUESTÃO PATRIMONIAL E CULTURAL

A noção de patrimônio histórico e cultural se refere à herança composta por um complexo de bens históricos. A constituição estabelece que o poder público, com a cooperação da comunidade deve promover e proteger o patrimônio cultural. Para tais

práticas temos a Lei nº 3.924 de 16 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram, de acordo com o que estabelece o art. 180 da Constituição Federal. Dispõe ainda que esse patrimônio seja constituído pelos bens materiais e imateriais que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, sejam:

- ❖ As formas de expressões;
- ❖ Os modos de criar, fazer, viver;
- ❖ As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- ❖ As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e;
- ❖ Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A promulgação do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e instituiu o instrumento do tombamento. A inscrição, em um dos quatro livros do tomo, de bens móveis ou imóveis cuja conservação é de interesse público impede legalmente que eles sejam destruídos ou mutilados. O ato do tombamento, prerrogativa do poder Executivo, não implica desapropriação e nem determina o uso, tratando-se sim de "uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público relativamente à preservação de valores culturais" (FONSECA, 1997:115).

Um importante passo quanto à preservação do patrimônio foi a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. A criação do organismo federal de proteção ao patrimônio, ao final dos anos 30, foi confiada a intelectuais e artistas brasileiros ligados ao movimento modernista. Era o início do despertar de uma vontade que datava do século XVII em proteger os monumentos históricos.

A criação da Instituição obedece a um princípio normativo, atualmente contemplado pelo artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, que define patrimônio cultural a partir de suas formas de expressão; de seus modos de criar, fazer e viver; das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A Constituição também estabelece que cabe ao poder público, com o apoio da comunidade, a proteção, preservação e gestão do patrimônio histórico e artístico do país. E nessa premissa, que cada Estado tem o poder de criar órgãos, em nível estadual, responsáveis pelo cadastramento e tombamento de bens culturais, artísticos e históricos no Estado. Surge mediante esses problemas o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba- IPHAEP -, que foi criado a partir do Decreto-Lei 5.255 de 31 de Março de 1971.

2. O ANTIGO HOTEL GLOBO



Figura 1 – Residência do Sr. Henrique Siqueira – Acervo IHGP
Foto: Walfredo Rodriguez (séc. XX)



Figura 2- Hotel Globo (após restauração).
Foto: Josivaldo Soares, 2007.



Figura 3 – Anexo do Hotel Globo
Foto: Josivaldo Soares, 2007

Como mostra a figura 1, o prédio foi construído primeiramente para servir de residência do Sr. Henrique Siqueira, somente foi transformado como mostra a figura 2 em hotel em 1929, quando foi erguido o anexo para maior conforto dos hóspedes (ver figura 3). Suas características arquitetônicas são ecléticas com fortes motivos neoclássicos, Art Nouveau e Art Decó. Entrou em decadência na década de 70 e, em 1994, após um processo de restauração iniciado dois anos antes pela Equipe da Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa, em convênio com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional e ao custo de US\$ 300 mil dólares, voltou a funcionar, abrigando a sede da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico e outras entidades. Somado à igreja de São Frei Pedro Gonçalves e demais imóveis do largo (que leva o mesmo nome da igreja), forma um belíssimo conjunto arquitetônico. Foi tombado em 26 de Agosto de 1980, conforme o decreto de Tombamento N.º 8.639².

Esse trabalho terá maior abrangência principalmente em função de o antigo hotel globo estar no centro histórico de João Pessoa, que teve seu tombamento como patrimônio da humanidade em dezembro de 2007. O centro histórico da capital ocupa, segundo dados da prefeitura municipal de João Pessoa, uma área de 117 hectares, com aproximadamente duas mil edificações, contendo no total de área do tombamento, 37 hectares, que incluem 502 edificações em 25 ruas e 6 praças³.

A partir desse tombamento, objetiva-se criar, mediante as perspectivas dos meios de representações culturais, uma reunião para apreciação social e coletiva. Por isso, à Arquivologia traz para si o dever de criar esse meio de acesso à cultura de uma forma parcial e dialética, pois o acesso à cultura e políticas de acesso se faz presentes mediante as perspectivas da Arquivologia pós-custodial: a informação e seu acesso a qualquer usuário, independente de seu contexto sócio-econômico.

Segundo Botelho (2001), sobre políticas e meios de acesso à cultura:

² Portal do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Acessado em 29 de Junho de 2004. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12297&retorno=paginaIphan> >

³ Informativo mensal da Prefeitura da Capital .**João Pessoa Hoje**, n.º. 38, p.16, Maio, 2008.

“... a dimensão sociológica da cultura refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, política e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria. Ela compõe um universo que gere (ou interfere em) um circuito organizacional, cuja complexidade faz dela, geralmente, um foco de atenção da políticas culturais, deixando o plano antropológico relegado simplesmente ao discurso” (BOTELHO, 2001:74)

O Hotel Globo está localizado no Centro Histórico de João Pessoa nos prédios de nº. 7 (o hotel) e o anexo de nº. 55, no largo e Ladeira de São Pedro Gonçalves. Atualmente funciona como sede do consulado da Espanha e também do Centro de Informações Turísticas – PBTUR. Contém, em caráter permanente, exposição de pôsteres de alguns momentos históricos e gerais sobre o hotel; obras como mobiliários, louças e objetos de valor histórico do acervo do hotel e objetos do artesanato regional do estado, funcionando para visitantes nos horário comercial de segunda à sexta.

A partir das necessidades atuais de disseminação, gestão e acesso à informação seja ele em qualquer suporte, é premente a utilização de monumentos como o antigo hotel globo, para o desenvolvimento de trabalhos junto à sociedade, como:

- ❖ Conhecer o que é um monumento a partir de dados históricos e seu valor de perpetuação e disseminação através de um tratamento arquivístico, a eventos ligados a historiadores e pesquisadores da área, ou seja, o acesso a diversos eventos que abrigou tal monumento ao visitante;
- ❖ Proporcionar à sociedade o conhecimento do valor documental e descritivo que se pode dar, mediante pressupostos e metodologias de acesso arquivístico;
- ❖ Possibilitar à sociedade e ao poder público, uma política de preservação da informação documental e;
- ❖ Desenvolver estudos sobre os processos históricos, sociais e econômicos ligada a esse monumento;
- ❖ Mecânicos de representações culturais;

3. ANÁLISES DOS DADOS

Após um trabalho de pesquisa bibliográfica e visita ao nosso objeto de pesquisa, observou-se que pouquíssimo material está disponível falando sobre esse monumento

no próprio monumento. O material que referencia a história do hotel, se limita a dados primários como os citados anteriormente.

Ao visitar o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba - IHGP, constituído de mais de 10 mil exemplares, um único livro, contendo apenas dois parágrafos, trazia alguma informação sobre o antigo Hotel Globo. E este dois parágrafos, mostram o cotidiano, as perspectivas e o modo de pensar daquela época. Um texto riquíssimo está “perdido” em meio a um livro em que seu texto não estava indexado para o resgate e estudo do mesmo. Vejamos o texto abaixo:

4. AS TARDES DO GLOBO⁴

“Houve outra época, em que Aguinaldo Siqueira, dono até hoje do meu querido Hotel Globo, resolveu colocar um barzinho na área livre, do qual era o freqüentador principal, tendo feito até poemas de louvor a ele, poemas estes que me valeram uma semana de bebidas de graça, e uma amizade que se solidificou até hoje. Sempre me sinto em casa no Globo, seja qual for a hora, seja qual for o motivo da visita”.

“Este barzinho do Globo foi logo batizado de Barzinho dos *Intelectuais*, nome muito em voga por esta época. Bastava que o cara escrevesse um poema, ou freqüentasse assiduamente as sessões do cinema da arte (eu e Roosevelt Sampaio carimbávamos os ingressos para entrar de graça...! Ah, bons tempos...!) para que fosse chamado de intelectual. Por lá *baixavam*, Elzo Franco, por esse tempo proprietário de uma moto, Vanildo Brito recitando poemas para Tamira, Jomar Souto com seu *Itinerário Lírico de uma cidade*, Marcos dos Anjos, e tanta gente que minha memória, não arquivou. Depois o barzinho do globo morreu. Morreu por bondade do seu dono, que foi fazer o *fiado* demais para uns certos *intelectuais*, e no fim só viu falido. Mas uma porta fechou-se para nós que cultivamos Baco”.

Como se pode observar no texto acima, existe ainda muito a explorar sobre a questão do reconhecimento do monumento como documento, para a disseminação e conhecimento desses eventos que abrigaram tal monumento para a sociedade paraibana e para os visitantes. Pode-se fazer a partir da leitura desse texto, estudos sobre aspectos socioeconômico, linguagem da época entre outros. E pontos de acesso a esse e outros conteúdos informacionais, sempre faz recordar o pensamento de Lê Goff (1994, p.553), quando ele enfatiza que os monumentos são heranças do passado, e os documentos se

⁴ AGUIAR, Wellington; OCTÁVIO, José. Uma cidade de Quatro séculos: evolução e roteiro. João Pessoa, Ed. Governo do estado da Paraíba, 1985, p.162, *apud* RODRIGUES, Gonzaga – notas do meu lugar, J. Pessoa, ED. Acauã, 1978. p. 17/9

constituem em uma escolha, marcada por um discurso ideólogo do historiador e pesquisador. Com esse discurso o autor não faz pensar não apenas na escolha ou herança, mais na possibilidade de inúmeras fontes de conhecimento e seu acesso, através de representações acessíveis a várias ideologias culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas reflexões feitas, o trabalho de reconhecimento do Hotel Globo como um documento histórico e de sua inserção numa visão arquivística se faz necessário para um novo horizonte sobre o valor não apenas de uma edificação e seu valor arquitetônico, urbanístico e histórico. Tais paradigmas estão vinculados na Arquivologia contemporânea ao usos arquivos que possuem uma dimensão pedagógica forte e libertária, a ponto de possibilitar aos cidadãos e cidadãs o pleno acesso aos bens culturais.

Com a explosão de novos pontos de acesso, a exemplo da internet, o conhecimento do monumento se limita a telas de computadores e as informações muitas vezes fragmentadas e difusas e inconsistentes e passíveis de dúvida quanto a sua veracidade. O tema abordado se constitui em uma visão ambiciosa, e até certo ponto nova. A própria dinâmica da sociedade se faz presente a ações de descrição monumental para possibilitar assim a estudantes e visitantes uma espécie de registro de tudo que venha a melhorar o entendimento sobre o valor patrimonial de tal edificação. Criar mecanismos de acesso a essas informações, consiste na principal tarefa da arquivologia contemporânea. Através de trabalhos como o proposto neste artigo, acreditamos que a arquivologia vem mostrar à sociedade que os arquivos e monumentos abrigam muito mais do que, aparentemente, uma organização, mas uma construção e disseminação do saber cultural, não privilégio de poucos, mas um bem da coletividade. Desenvolvendo assim ações pedagógicas para a apreciação do patrimônio cultural e histórico, com uma visão documental e arquivística, criando a partir dos novos paradigmas sociais e culturais, **ambientes educacionais**, democratizando através da memória historiográfica e da preservação cultural, espaços de saberes culturais no Brasil.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p.73-83, Fev., 2001.

CALDERON, Wilmara Rodrigues et al. **O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário**. Brasília: Rev. Ci. Inf., v.33, n.3, p.-97-104, set./dez. 2004

CHOAY, Françoise. Monumento e monumento histórico: In:__. **A alegoria do patrimônio** [Trad]. 3ª ed. São Paulo, Unesp, 2006, p.11-29.

FONSECA, M.C.L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro, UFRJ/Iphan, 1997.

GOULART, Silvana. **Patrimônio Documental e história institucional**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento: In:__. **História e memória**. [trad]. 3ª ed. Campinas, Unicamp, 1994, p. 535-553.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, história e patrimônio: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico**. Dissertação (Mestrado em história). UFPE, 2002.

TURAZZI, Maria Inez. **A fotografia e o ensino de história**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo, Moderna, 2005.